

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA: PERCEPÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DA COMPANHIA DE POLÍCIA DE AMBIENTAL**

### **Resumo**

A Companhia de Polícia de Proteção Ambiental (COPPA), unidade da Polícia Militar do Estado da Bahia, desde 1979, é responsável por realizar o policiamento ostensivo com vistas à proteção da biodiversidade e manutenção do ambiente propício à vida. O objetivo deste trabalho é conhecer qual a percepção que os policiais militares que trabalham nesta Unidade militar têm a respeito da Educação Ambiental, resgatando o estoque de representações sociais da atividade, num dado momento histórico, através do procedimento metodológico do Discurso do Sujeito Coletivo. Os resultados obtidos permitem conhecer o quanto as ideologias, os valores e as crenças deste grupo, influenciam na percepção que têm da Educação Ambiental e na relação desse processo educativo com a atividade policial que desenvolvem.

Palavras-chave: Educação Ambiental, percepção, Companhia de Polícia de Proteção Ambiental.

### **Abstract**

The Society of Environmental Protection Police (COPPA), Military Police unit of the State of Bahia, since 1979, is responsible for performing the ostensible policing aimed at protecting biodiversity and maintaining the environment conducive to life. The objective of this work is to know what the perception that police officers working in this military unit have about environmental education, rescuing the stock of social representations of activity in a given historical moment, through the methodological collective subject discourse procedure. The results allow to know how ideologies, values and beliefs of this group, influencing their perception of environmental education and the relationship of this educational process with the police activity they develop.

Keywords: Environmental education, awareness of Environmental Protection Police Company.

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA: PERCEPÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DA COMPANHIA DE POLÍCIA DE AMBIENTAL**

Moisés Brandão Carvalho<sup>1</sup>

### **Introdução**

Este artigo é construído a partir da pesquisa apresentada à Universidade do Estado da Bahia (UNEB) para obtenção do título de Mestre em Educação, acrescida de alguns dados obtidos na pesquisa e o amadurecimento após a defesa da dissertação.

A Educação Ambiental foi surgindo e se fortalecendo como resultado das características e condições sócio-político-econômicas enfrentadas pela sociedade e com base na constatação dos crescentes impactos e acidentes ambientais das últimas décadas, buscando trabalhar as potencialidades do indivíduo.

Concomitantemente às ações em Educação Ambiental, mostrou-se necessária a implementação de órgãos públicos para garantir a proteção à biodiversidade e disciplinar o acesso ao patrimônio natural. Em todo o País foram criados órgãos na estrutura organizacional e funcional do poder público com vistas a realizar a fiscalização ambiental. Nesse diapasão, no Estado da Bahia foi criada em 1979, dentre outros órgãos, a Companhia de Polícia de Proteção Ambiental (COPPA).

Com o tempo, voluntariamente ou por força de lei, estes órgãos públicos de fiscalização, passaram a adotar ações de Educação Ambiental como estratégia para envolver a comunidade onde atuam e construir, coletivamente, um repertório de saberes, de habilidades e de valores que possibilitem a participação da população

---

<sup>1</sup> Mestre em educação pela Universidade do Estado da Bahia, com especialização em policiamento ambiental pela Polícia Militar do Distrito Federal e MBA em gestão ambiental e auditoria ambiental pela Faculdade Batista Brasileira. Email: brandão.moises@gmail.com.

na proteção ao meio ambiente. Tal estratégia, por certo, maximiza a fiscalização, haja vista que “a participação da população na aplicação das leis e das políticas de defesa do meio ambiente é condição essencial ao seu sucesso. Não há batalhão de fiscais que possa se substituir ao trabalho de vigilância de uma população comprometida com seus direitos e suas riquezas ambientais” (Neves; Tostes, 1992). O objetivo deste trabalho é conhecer qual a percepção que os policiais militares da COPPA têm a respeito da Educação Ambiental e como percebem a relação deste processo educativo com a atividade de policiamento ambiental que desenvolvem.

Os resultados obtidos permitem conhecer o quanto as ideologias, os valores e as crenças deste grupo, influenciam na percepção que têm da Educação Ambiental e na relação desse processo educativo com a atividade policial que desenvolvem. Desta forma poderemos compreender melhor a atitude destes profissionais nas atividades educativas e policiais, as suas expectativas, os seus anseios, satisfações, insatisfações, frustrações e concepções vivenciadas e construídas no desenvolvimento de suas atividades profissionais.

A pesquisa em Educação Ambiental, segundo Tozoni-Reis (2005), tem como objetivo principal produzir conhecimentos pedagógicos para a consolidação da dimensão ambiental na educação. Este trabalho não foge à regra, busca contribuir nesse processo, apresentando a tez da Educação Ambiental segundo os policiais de uma instituição bicentenária, como a Polícia Militar da Bahia, que, para muitos, em nada tem a ver com os princípios, objetivos e diretrizes da Educação Ambiental.

## **1. Notícias a respeito da Educação Ambiental**

Partindo do conceito de que, para conhecer um risco ambiental, não basta perguntar se ele é suficientemente suportável, mas o quanto é suportável para essa e aquela comunidade, é primordial que essa comunidade desenvolva conhecimentos e habilidades para que possam intervir como sujeitos-sociais no processo de gestão socioambiental de sua localidade. Qualquer reflexão acerca dessa temática nos leva a pensar em um processo educativo voltado para as questões ambientais, que

possibilite à comunidade munir-se de habilidades e competências para idealizar e realizar uma sociedade mais equilibrada, socialmente justa e ambientalmente sustentável.

A partir da última metade do século XX, a Educação Ambiental foi ocupando espaços cada vez mais consistentes e significativos, tanto no âmbito internacional como nacional, impulsionada pela força dos argumentos do movimento ambientalista mundial. Ela foi surgindo e se fortalecendo como resultado das características e condições sócio-político-econômicas enfrentadas pela sociedade e com base na constatação dos crescentes impactos e acidentes ambientais das últimas décadas (BAHIA, 2013).

Segundo Layrargues (2004), a Educação Ambiental é um vocábulo composto por um *substantivo* e um *adjetivo*, que envolvem, respectivamente, o campo da Educação e o campo Ambiental. Enquanto o *substantivo* Educação confere a essência do vocábulo Educação Ambiental, definindo os próprios fazeres pedagógicos necessários a esta prática educativa, o *adjetivo* Ambiental anuncia o contexto desta prática educativa, ou seja, o enquadramento motivador da ação pedagógica. Educação Ambiental, portanto, é o nome que historicamente se convencionou dar às práticas e reflexões pedagógicas relacionadas à questão ambiental.

Com o amadurecimento teórico-metodológico da Educação Ambiental, determinados conceitos e categorias aceitos internacionalmente passaram a ser tão comuns e recorrentes na fundamentação de projetos na área, que se esvaziaram de sentido, criando a ilusão de um falso consenso de que todos os educadores ambientais possuem o mesmo tratamento da questão ambiental (LOUREIRO, 2004). Todavia, o fato é que a Educação Ambiental se encontra em um momento no qual a diversidade de propostas político-pedagógicas é uma tônica nas reflexões acerca do campo (LOUREIRO, 2004). Esta variedade de propostas retrata as perspectivas teórico-metodológicas, muitas vezes conflitantes, que diferenciam de forma profunda as ações tanto com relação a suas finalidades como com relação às metodologias adotadas.

Diversos autores que tratam deste tema, dentre eles Carvalho (2004), Layrargues (2002), Loureiro (2004) e Mattos (2009), dividem as diferentes abordagens da

Educação Ambiental em dois grandes blocos: Educação Ambiental convencional e Educação Ambiental crítica. Para estes autores, a forma de entender a relação entre crise ambiental e modelo social é a principal característica que as diferencia.

A Educação Ambiental convencional tem como principal objetivo a mudança comportamental do indivíduo através da “transmissão” de conhecimentos ecológicos. De acordo com Loureiro (2004), a Educação Ambiental convencional possui um caráter comportamentalista, reducionista ou dualista no entendimento da relação cultura-natureza. Dentro dessa linha, Mattos (2009 *apud* GUIMARÃES, 2004), entende que esta proposta pedagógica adota uma visão fragmentada da realidade, promovendo o conhecimento de forma descontextualizada e desvinculada da realidade ao sobrepôr o racionalismo à emoção, a dimensão tecnicista frente à política, a disciplinaridade frente à transversalidade, o individualismo diante da coletividade.

A Educação Ambiental crítica, por sua vez, é uma proposta pedagógica de transformação social, de superação das formas de dominação, buscando uma forma de transformação social na busca por justiça social atrelada à proteção da natureza (LOUREIRO, 2004; LAYRARGUES, 2002).

Na visão de Carvalho (2004), a Educação Ambiental crítica é posicionada imersa na vida, na história e nas grandes questões urgentes da contemporaneidade, buscando compreender as relações sociedade-natureza e intervir sobre os problemas e conflitos socioambientais. Esta proposta pedagógica caracteriza-se, principalmente, por defender a educação como processo de formação de sujeitos sociais emancipados, como elemento de transformação social, através da compreensão crítica da realidade.

A Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), em seu inciso III do artigo 5º, adota como um dos objetivos fundamentais deste processo educativo “[...] o estímulo e o fortalecimento de uma *consciência crítica* sobre a problemática ambiental e social” (grifo meu).

Por sua vez, a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia (BAHIA, 2011), não por acaso, vai ao encontro desta abordagem ao incluir a “reflexão crítica sobre a relação entre indivíduos, sociedade e ambiente” dentre os princípios que a conduzirá.

Diante de tais questões, entendo que a proposta metodológica crítica é a que melhor se adequa para realizar uma Educação Ambiental capaz de incentivar a reflexão e construção de valores, saberes e atitudes, visando uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra.

O fato é que essas orientações pedagógicas em Educação Ambiental são frutos de um amadurecimento teórico do campo, de um indubitável refinamento conceitual, mas também do estabelecimento de fronteiras identitárias internas, que não necessariamente sejam bem demarcadas, que distinguem e segmentam essas vertentes, estabelecendo outras identidades carregadas de significados, contextualizadas e desenvolvidas no mesmo momento histórico-social (LAYRARGUES, 2004).

O desafio da Educação Ambiental, enfim, é transmutar-se gradualmente em um significativo instrumento de intervenção socioambiental, até desaparecer a necessidade de se adjetivar de ambiental o substantivo educação.

## **2. A inserção das Polícias Militares na questão ambiental**

Tanto no período colonial como no Império, a força policial baiana, como todas as outras do país, pouca atividade exerceu em prol do meio ambiente. A partir do Segundo Império, começou a ser exaustivamente empregada como força auxiliar do exército regular, tanto nos esforços de guerra, quanto nos conflitos internos (rebeliões, motins e revoltas populares), além, evidentemente, das operações de grande porte relacionadas ao controle das fronteiras da nação.

No período que se seguiu, mesmo nos de exceção como a ditadura Vargas (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1985), a dupla atribuição das polícias militares brasileiras persistiu, a de *polícia e força militar* (MUNIZ, 2001). Em 1946, com uma nova Constituição liberal, a atividade dos corpos militares estaduais foi alterada, mas a condição de força auxiliar e reserva do Exército continuou inalterada (CHAVES; PINTO; MADUREIA, 1992).

A inserção das polícias militares na dimensão de policiamento ostensivo ambiental foi sendo reforçada gradativamente com a promulgação de diversos dispositivos legais que incluíam a autoridade policial na fiscalização dos recursos ambientais.

Segundo Oliveira (2008), à época da Ditadura Militar o ambientalismo era visto pelos militares com uma forma de serem controlados pelos países desenvolvidos. Os ambientalistas civis integrantes dos órgãos ambientais recém criados resolveram apelar para auto-estima dos militares e propuseram a noção de segurança ambiental em cursos da Escola Superior de Guerra (ESG). Esse novo conceito chamou a atenção dos generais, pois, era uma forma de criticar a burguesia, considerada preguiçosa e irresponsável, culpando pela degradação ambiental causada pela especulação imobiliária que provocavam.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganizou as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiro Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal e do Decreto nº 66.862, de 8 de julho de 1970, as Polícias Militares passaram executar, com exclusividade, o policiamento ostensivo fardado e a realizar diversos tipos de policiamento, dentre eles o policiamento florestal, o de mananciais, o fluvial e o lacustre. Esses tipos de policiamento eram executados muito mais por estar inserido na doutrina de segurança nacional de proteção estratégica de pontos sensíveis, do que por uma preocupação em preservar os recursos naturais, todavia, foi inserindo no cotidiano das Polícias Militares a preocupação dos recursos naturais.

Como consequência dos dispositivos legais acima citados, em 1975 é publicada no Estado da Bahia a Lei nº 3.406, dispendo sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado e prevendo a criação da Companhia de Polícia Florestal (Cia PFlo) na estrutura organizacional da Polícia Militar. Quatro anos depois, através do Decreto Estadual n.º 26.830 de 8 de agosto de 1979, é criada, de fato, a Cia PFlo.

Concomitante ao policiamento, a Cia PFlo passou realizar práticas de Educação Ambiental não-formal, através de palestras e visitas monitoradas de estudantes. Todavia, estas ações eram esporádicas, desconexas e visavam *transmitir* às pessoas informações de saberes ecológicos validados pela ciência dominante, com abstração conceitual, sem vinculação com a realidade concreta, tendo como objetivo fundamental proteger as florestas e os mananciais da ação antrópica, através da

conscientização (como se fosse possível) dos participantes das ações educacionais, ignorando completamente as questões sócio-culturais que envolviam essas pessoas.

Com a evolução da legislação de proteção ambiental as atribuições delegadas à Cia PFlo não abarcavam a amplitude da compreensão contemporânea de meio ambiente, restringindo suas ações estratégico militar de proteção de pontos considerados sensíveis (recursos florestais, energéticos e hídricos). Além disso, com os eventos que precederam a ECO 92 no Brasil, diversos conceitos surgiram ou foram reconstruídos em todo o mundo. Um destes eventos destinava-se, especificamente, às polícias florestais, o I Encontro de Polícias Florestais do Brasil, realizado em 1990, em Mato Grosso do Sul. Este evento, dentre outras deliberações, recomendou a ampliação da área de competência e mudança da nomenclatura das unidades de policiamento florestal para proteção ambiental. Um ano depois a Cia PFlo tem seu nome modificado para Companhia de Polícia de Proteção Ambiental (COPPA), por meio do Decreto Estadual nº 263, de 7 de agosto de 1991.

Este mesmo Decreto preencheu a lacuna deixada pelo decreto anterior, estabelecendo nove competências específicas de gestão ambiental para a COPPA, dentre elas a de promover e colaborar para o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental na formação de uma consciência coletiva, conservacionista e de valorização da natureza e da qualidade de vida.

Em 2009 são criadas mais duas Unidades da Polícia Militar para realizar o policiamento ambiental<sup>2</sup>, ficando o território do Estado dividido entre as três Unidades.

Com o advento da Portaria nº 060 – CG/2013 8 de agosto de 2013 a Polícia Militar da Bahia reconhece a necessidade de criar na estrutura organizacional e funcional das unidades militares de policiamento ambiental um setor para organizar e realizar a Educação Ambiental, denominando-o de Setor de Educação Ambiental (SEA). Ainda não é possível saber o quanto tal ato irá influenciar na Educação Ambiental desenvolvida pela Polícia Militar da Bahia, contudo, julgo que ao institucionalizar o SEA, a Corporação Militar, reconhece a importância desse processo educativo na

---

<sup>2</sup> Artigo 12, inciso III da Lei Estadual nº 11.356, de 06 de janeiro de 2009.

construção de valores, saberes, atitudes e hábitos, visando uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra.

### 3. Metodologia

Antes de tratarmos da metodologia utilizada nesta pesquisa, se faz necessário falar um pouco sobre percepção e representação social.

Para Tuan (1980), percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura.

Geralmente usamos nosso sistema perceptivo para interpretar representações de mundos que não podemos ver. No mundo feito por mãos humanas em que vivemos, a percepção das representações é tão importante como a percepção dos objetos reais. Por representação eu quero dizer um conjunto de estímulos feitos pelos homens, que têm a finalidade de servir como um substituto a um sinal ou som que não pode ocorrer naturalmente. Algumas representações funcionam como substitutos de estímulos; elas produzem a mesma experiência que o mundo natural produziria (MOSCOVICI, 2007 *apud* BOWER, 1977).

Nesse sentido, Moscovici (2007) define representação social como:

Um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará as pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2007, p.103).

De acordo com Moscovici (2007), dois mecanismos são essenciais no processo de construção da representação social: a ancoragem e a objetivação. O primeiro

mecanismo tenta ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar. Sintetizando, classificar e dar nomes são dois aspectos dessa ancoragem. O segundo mecanismo tenta objetivá-los, isto é, transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico, “[...] temos apenas de comparar Deus com um pai e o que era invisível, instantaneamente se torna visível em nossas mentes, como uma pessoa a quem nós podemos responder como tal” (MOSCOVICI, 2007, p. 72-73).

As representações sociais circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente em nosso mundo cotidiano, impregnando a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos. Elas correspondem tanto à substância simbólica que entra na sua elaboração, quanto, à prática específica que produz essa substância, do mesmo modo como a ciência ou o mito correspondem a uma prática científica ou mítica (MOSCOVICI, 2007).

Segundo Jodelet (1989, p. 38) as representações sociais devem ser estudadas “[...] articulando elementos afetivos, mentais, sociais, integrando a cognição, a linguagem e a comunicação às relações sociais que as afetam e à realidade material, social e ideativa sobre a qual elas intervêm”, corroborando com tal pensamento, percebo que o Discurso do Sujeito Coletivo, DSC (Lefèvre *et al*, 2000) é a proposta metodologia mais adequada para interpretar as representações sociais do fenômeno estudado neste artigo.

O DSC é uma técnica quali-quantitativa que propõe a organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos através de depoimentos ou em qualquer manifestação discursiva que se possa encontrar em textos e documentos escritos, tendo como fundamento os pressupostos teóricos da Representação Social, resgatando o estoque de representações sobre um determinado tema, presentes num dado espaço social, num dado momento histórico.

Este método permite que os resultados possam ser generalizados e apareçam numa escala coletiva, como depoimento sob a forma de discurso, permitindo um significativo ganho de qualidade nessas pesquisas (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2012). Para entender o que as coletividades pensam é preciso descrever esse pensamento

e interpretá-lo, ou mais precisamente, primeiro descrevê-lo, para depois interpretá-lo (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

A produção do DSC é um processo complexo, subdividido em vários momentos e efetuado por meio de uma série de operações realizadas sobre o material verbal coletado nas pesquisas. Para isso são necessárias quatro figuras metodológicas: Expressões-Chave (EC), Ideias Centrais (IC), Ancoragens e o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) propriamente dito.

As Expressões Chave (EC) são como trechos do discurso, que devem ser destacados pelo pesquisador, e que revelam a essência do conteúdo do discurso ou a teoria subjacente (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003). Selecionar as EC significa depurar do discurso tudo o que é irrelevante, não essencial, secundário, buscando ficar, o máximo possível, com a essência do pensamento, tal como ela aparece literalmente no discurso analisado (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2012).

As Ideias Centrais (IC), por sua vez, são fórmulas sintéticas que descrevem os sentidos presentes nos depoimentos de cada resposta e também nos conjuntos de respostas de diferentes indivíduos, que apresentam sentido semelhante ou complementar (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

As IC são o que o entrevistado quis dizer (ou o quê, sobre o quê) e as EC são como isso foi dito, fica mais fácil entender o quê um indivíduo ou um grupo de indivíduos quis dizer observando como essa ideia acabou se materializando num determinado discurso (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2012).

As Ancoragens são fórmulas sintéticas que descrevem as ideologias, os valores, as crenças, presentes no material verbal das respostas, sob a forma de afirmações genéricas destinadas a enquadrar situações particulares (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005). Nem sempre as Ancoragens estarão presentes no discurso analisado. Lefèvre e Lefèvre (2005) afirmam que na metodologia do DSC, considera-se que existem Ancoragens apenas quando há, no material verbal, marcas discursivas explícitas dessas afirmações genéricas.

O produto do DSC é um discurso síntese elaborado com a reunião das EC presentes nos depoimentos, que têm IC e/ou Ancoragens de sentido semelhante ou complementar, redigidos na primeira pessoa do singular, com a finalidade de fazer o pensamento coletivo falar diretamente, sem intermediação do comentário teórico do

pesquisador, preservando, assim, na escala coletiva, a natureza discursiva do pensamento e sua autonomia. Isso não significa que cada um, individualmente, manifesta a mesma idéia ou expressão, próxima de uma homogeneidade, mas que em seu conjunto, ou no coletivo, tal discurso é representativo do pensamento de todos.

Isso implica instituir um sujeito capaz de incorporar nele o discurso do pensamento coletivo (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2012). Para Lefèvre e Lefèvre (2005) o *eu* do DSC é uma tentativa de resgate desse *eu social* ou *coletivo*, é um recurso criado para fazer emergir o inconsciente social que fala no indivíduo e, para sinalizar que a sociedade se impõe ao indivíduo pela internalização inconsciente de seus discursos, ele precisa ser enunciado na primeira pessoa do singular.

Compõem os Sujeitos da pesquisa os 120 policiais militares, 11 mulheres e 109 homens, que trabalham na COPPA, realizando o policiamento ostensivo e a fiscalização ambiental em 138 municípios do Estado da Bahia.

Para obter os dados de natureza verbal que construirão o DSC desta pesquisa, apliquei um questionário com duas perguntas abertas junto a 50 policiais, 42% do universo estudado, cujo perfil será apresentado no quadro abaixo:

**Quadro 1 – Perfil dos Sujeitos da pesquisa**

Sexo		Idade (em anos)		Escolaridade	Tempo na PM/BA (em anos)		Tempo na COPPA (em anos)		
Masculino	46	20 a 30	2	Ensino Médio	29	1 a 5	6	1 a 5	23
Feminino	4	31 a 40	17	Gradação Incompleta	4	6 a 10	4	6 a 10	7
		41 a 50	30			11 a 15	7	11 a 15	5
		51 a 60	1	Graduação completa	17	16 a 20	9	16 a 20	5
						21 a 25	11	21 a 25	5
						26 a 30	13	26 a 30	5

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012.

Com intuito de diminuir a possibilidade das respostas serem combinadas entre os Sujeitos durante o preenchimento do questionário, adotei a estratégia de o responderem o mais isolado possível, em momentos distintos e separados uns dos outros. A primeira pergunta pediu que conceituassem Educação Ambiental e a

segunda tratou da relação entre Educação Ambiental e a atividade de policiamento ambiental, perguntando se entendiam haver alguma relação entre ambos, justificando sua resposta. Para garantir o anonimato, os policiais militares foram identificados por algarismos arábicos, correspondendo a ordem em que responderam ao questionário.

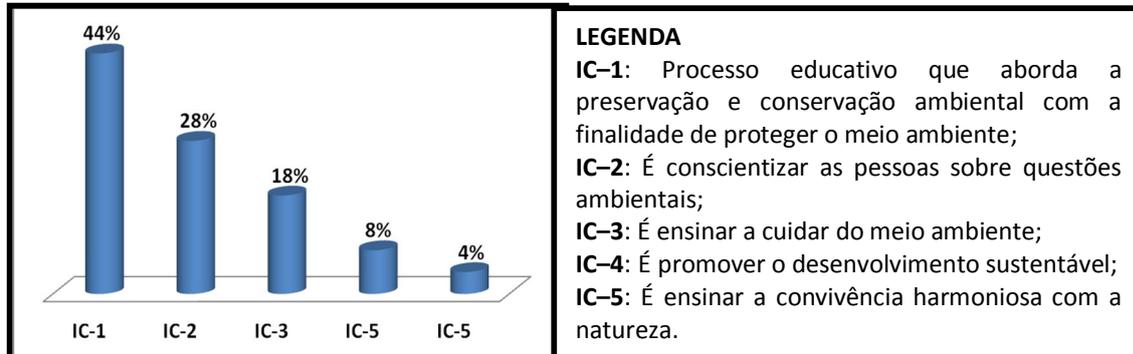
Para melhor compreender o evento estudado, foi necessário fazer mão de outras fontes de evidência, tais como a pesquisa documental, registro de arquivo e a observação direta de 10 práticas de EA realizadas pela COPPA. Em virtude da indisponibilidade dos registros de arquivo anteriores ao ano de 2009, por perda ou dano, foi necessário restringir a pesquisa ao período de 2009 a 2012.

As várias fontes de evidência adotadas neste trabalho foram fundamentais para desvelar o cenário no qual estão inseridos os sujeitos desta pesquisa, definir claramente quem são eles e quais seus atributos sociais, pessoais, epistemológicos, institucionais, políticos e circunstanciais (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2010).

#### **4. Resultados obtidos**

Antes de apresentar os DSC, é importante esclarecer que a frequência relativa das respostas que contribuíram com os diferentes tipos de DSC, diz respeito ao percentual de policiais militares, ou mais precisamente, de respostas dos policiais militares, que contribuíram com sua parte para a construção do Discurso. A respeito de como conceituariam a EA, foi possível extrair as IC abaixo:

**Gráfico 1 - Ideias Centrais da 1ª questão.**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2012.

Podemos ver que 44% das respostas contribuíram para com a IC de que EA é o “Processo educativo que aborda a preservação e conservação ambiental com a finalidade de proteger o meio ambiente”. As outras quatro IC, não serão abordadas neste trabalho por julgar que o auto índice alcançado pela IC-1, é suficiente para alcançar o objetivo proposto. No Quadro abaixo temos as EC e a Ancoragem que construíram a IC-1:

**Quadro 2 – Ilustração das EC e Ancoragem da IC-1.**

Sujeitos	Expressões-chave	Ancoragem
4	É tudo que diz respeito ao estímulo de conservação e preservação total do meio ambiente [...]	Necessidade de proteger o meio ambiente do homem
5	[...] conhecimento que consiste em preservar e proteger o meio ambiente[...]	
8	[...] passar o conhecimento, informação de como preservar e proteger o meio ambiente [...]	
10	É o estudo voltado para a proteção da fauna e flora [...]	
12	[...] conhecimento básico sobre preservação e conservação do meio ambiente [...]	
13	[...] saber preservar o meio ambiente e proteger a natureza [...]	
18	É o meio de preservação da vida no planeta[...]	
19	[...] forma de conservar o meio ambiente [...]	
20	[...] conhecimento sobre preservação, uso e proteção do meio ambiente [...]	
21	[...] a capacidade de preservar [...]	
22	[...] preservar e proteger o meio ambiente [...]	
23	[...] que tem que preservar o meio ambiente [...]	
25	[...] conservação do meio ambiente, da natureza [...]	
26	[...] conhecimento da necessidade de preservação do meio ambiente [...]	
27	[...] preservar o meio ambiente, deixar o ambiente limpo e protegido [...]	

38	[...] conservação do planeta e proteção do meio ambiente [...]
41	[...] proporciona ao individuo aprender a preservá-lo e conservá-lo [...]
43	[...] conhecimento do indivíduo na preservação e proteção do meio ambiente [...]
45	[...] Preparar a população para preservar o meio ambiente [...]
47	[...] ensinar preservação ambiental para proteger [...]
48	[...] orientar as pessoas como preservar os animais, o meio ambiente [...]
50	[...] ensina a preservação do meio ambiente para proteção do futuro [...]

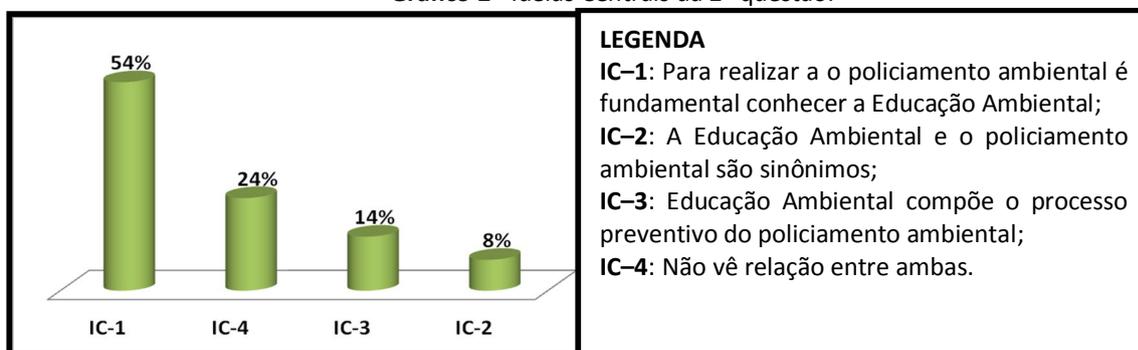
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2012.

O DSC da IC-1, construído com os depoimentos dos Sujeitos 4, 5, 8, 10, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 38, 41, 43, 45, 47, 48 e 50, apresenta a percepção de que Educação Ambiental é:

*“Conhecimento voltado a tudo que diz respeito a necessidade de preservação e conservação do meio ambiente, que tem por objetivo contribuir, informar, proporcionar e estimular o estudo que oriente e prepare a população para conhecer como devem proteger o meio ambiente do qual fazemos parte, protegendo a fauna, a flora e a vida de seres que não podem se defender, sua importância, protegendo de forma inteligente a natureza e a vida no planeta para as gerações futuras”.*

No que concerne a 2ª questão, que tratou de como os policiais militares da COPPA percebem a relação entre Educação Ambiental e a atividade de policiamento ambiental, foram as IC abaixo:

Gráfico 2 - Ideias Centrais da 2ª questão.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2012.

Das respostas obtidas, 54% contribuíram para com a IC de que os policiais militares da COPPA percebem que “para realizar a o policiamento ambiental é fundamental conhecer a Educação Ambiental”. Semelhante ao DSC anterior, as outras IC não serão abordadas neste trabalho por considerar que não são fundamentais para atingir o objetivo proposto. No Quadro abaixo temos as EC e a Ancoragem que construíram a IC-2:

**Quadro 2 – Ilustração das EC e Ancoragem da IC-2.**

Sujeitos	Expressões-chave	Ancoragem
1	[...] devem caminhar juntos, dentro de uma perspectiva do serviço policial ambiental [...]	A Educação Ambiental é essencial na formação profissional do policial ambiental
3	[...] como fazer policiamento ambiental sem preparo para tal?	
4	[...] Educação Ambiental ensina aos policiais que a preservação do meio ambiente é fundamental [...]	
5	[...] não posso ser e praticar o policiamento ambiental se não tenho conhecimento para tal [...]	
9	[...] os policiais capacitados ajudariam ainda mais [...]	
10	[...]os policiais precisam estar preparados para atuar [...]	
11	[...] nas fiscalizações percebo que está ligado [...]	
13	[...] o policial ambiental tem que ter domínio nas ações	
15	[...] para realizar o policiamento ambiental é necessário algum conhecimento.	
18	[...] nas ações de preservação, por que é basilar do serviço.	
19	[...] a Educação Ambiental é a base para o desempenho do serviço [...]	
20	[...] a Educação Ambiental é importante não apenas para o policiamento ambiental.	
25	[...] a Educação Ambiental é importante para o policial ter afinidade com o serviço a ser desempenhado [...]	
26	[...] o profissional empregado no policiamento ambiental precisa conhecer o que se dispõe a proteger [...]	
27	[...] como policiais ambientais devemos cuidar e preservar o meio ambiente.	
28	[...] como podemos trabalhar e não ter noção de meio ambiente?	
29	[...] o policial precisa ter o conhecimento para melhor atuar na sua área [...]	
34	[...] devido a necessidade do profissional que milita na área entender as nuances referente aos seus serviços por este ser especializado	
35	[...] é importante que o agente conheça e domine conceitos sobre a sua área de atuação [...]	
36	[...] a Educação Ambiental é importante por que capacita o policial [...]	
38	[...] temos que conhecer o ambiente em que vamos atuar.	
40	[...] todos os policiais militares deveriam tomar curso [...]	
41	[...] como policiais temos que ter conhecimento para podermos propagar com as demais pessoas [...]	
42	[...] importante para uma execução eficaz e eficiente das nossas	

	ações[...]	
43	[...] através da Educação Ambiental o policial estará bem orientado para garantir a preservação do meio ambiente [...]	
47	[...] como policiais ambientais devemos ser exemplo de informação [...]	
48	[...] a Educação Ambiental ensina o policial militar a cuidar do ambiente [...]	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012.

O DSC da IC-2, construído com os depoimentos dos Sujeitos 1, 3, 4, 5, 9, 10, 11, 13, 15, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 42, 43, 47 e 48, apresenta a seguinte percepção da relação entre EA e policiamento ambiental:

*“É para ser uma coisa só, acho que devem caminhar juntos, dentro de uma perspectiva do serviço policial ambiental, pois como fazer policiamento ambiental sem preparo para tal. Para realizar o policiamento ambiental é necessário conhecimento na proteção ambiental e a Educação Ambiental é importante para o policial ter afinidade com o serviço a ser desempenhado, por que o profissional empregado no policiamento ambiental precisa conhecer o que se dispõe a proteger, precisa ter o conhecimento, domine conceitos, para melhor atuar na sua área, para uma execução eficaz e eficiente das ações, crucial para sustentar nossas ações enquanto polícia militar ambiental.*

*Como policiais ambientais devemos cuidar e preservar o meio ambiente. Quanto mais educação menos repressão, a partir do momento em que nos deparamos com os crimes e nos propomos não só a combatê-los, mas também investir em informação para que não aconteça outra vez. O policiamento ambiental necessita da Educação Ambiental, não há policiamento ambiental de verdade, sem Educação Ambiental. A Educação Ambiental é importante por que capacita o policial, temos que conhecer o ambiente em que vamos atuar, através da Educação Ambiental o policial estará bem orientado para garantir a preservação do meio ambiente, a Educação Ambiental ensina o policial militar a cuidar do ambiente.*

*O policiamento ambiental pode ser considerado uma forma de Educação Ambiental. Não posso ser e praticar o policiamento ambiental se não tenho conhecimento para tal, por que no policiamento ambiental pratica-se a Educação Ambiental tornando assim, parte complementar do policiamento, é essencialmente necessária nas*

*fiscalizações, no momento da abordagem, no atendimento das ocorrências e denúncias, dos serviços prestados a população, pois é a base para o desempenho do serviço”.*

## **5. Análise dos dados**

O presente trabalho não tem a intenção de esgotar, tão pouco ser a palavra final da percepção que os policiais militares da COPPA têm a respeito da Educação Ambiental, considerando que os DSC construídos não são as representações sociais do fenômeno, mas buscaram constituir uma camada delas e, diretamente sobre esta camada, outra camada poderá ser agregada com a contribuição de outros estudos, constituída esta última por um ou vários discursos ou formações discursivas (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2006).

Das respostas obtidas na 1ª pergunta do questionário, 44% contribuíram para Ideia Central de que os policiais militares da COPPA percebem a Educação Ambiental como “Processo educativo que aborda a preservação e conservação ambiental com a finalidade de proteger o meio ambiente”. No DSC construído com as Expressões Chave desta Ideia Central, ficou evidente que o processo de construção dos valores e crenças deste grupo de policiais militares está voltado para a proteção e segurança, consequência natural da atividade que desenvolvem, por isso, percebem que o desígnio da Educação Ambiental é a proteção ambiental. Esta marca discursiva está explicitamente apresentada na Ancoragem das Expressões Chave dos Sujeitos 5, 8, 10, 13, 20, 22, 27, 38, 43, 47 e 50. Fica claro que este grupo de policiais militares procura colocar em um contexto familiar (proteção) o que lhes é pouco usual e comum (Educação Ambiental).

Segundo a percepção presente no DSC construído, a Educação Ambiental deve servir de instrumento para “[...] *estimular o estudo que oriente e prepare a população para conhecer como devem proteger o meio ambiente [...] protegendo a fauna, a flora e a vida de seres que não podem se defender [...] protegendo de forma inteligente a natureza e a vida no planeta [...]*”.

É bastante clara a influência da formação militar e da prática policial na percepção que os policiais têm da Educação Ambiental. Ao citarem o meio ambiente através dos animais, plantas, a população e os seres que não podem se defender, assim quando humanos que não conhecem ou não promovem a preservação ou a conservação ambiental, os policiais militares estão objetivando tanto o meio ambiente quanto a proteção ambiental, conforme Moscovici (2007), estão transformando algo abstrato, transferindo o que está na mente em algo que existe no mundo físico. Ou seja, transformando o meio ambiente em algo concreto (animais, plantas, população e seres que não podem se defender), daí a necessidade de usar a Educação Ambiental para ajudar no processo de proteção contra um inimigo que existe no mundo físico (os seres humanos que não conhecem ou não promovem a preservação ou a conservação ambiental).

Esse sistema de valores e ideologias orientados pela formação e prática da atividade policial militar fica bastante evidente quando conhecemos a percepção que os policiais militares da COPPA têm da relação entre Educação Ambiental e policiamento ambiental, tema trabalhado na 2ª pergunta do questionário.

Das respostas obtidas, 54% dos Sujeitos contribuíram para a Ideia Central de que “Para realizar a o policiamento ambiental é fundamental conhecer a Educação Ambiental”, deixando explícito no DSC a Ancoragem que afirma que “A Educação Ambiental é essencial na formação profissional do policial ambiental”.

As Expressões Chave do DSC desta Ideia Central revelam a essência dessa afirmação, como podemos observar na fala do Sujeito 3 “[...] *como fazer policiamento ambiental sem preparo para tal?* [...]”, do Sujeito 5 “[...] *não posso ser e praticar o policiamento ambiental se não tenho conhecimento para tal* [...]”, do Sujeito 9 “[...] *a Educação Ambiental é a base para o desempenho do serviço* [...]”, do Sujeito 36 “[...] *a educação ambiental é importante por que capacita o policial* [...]” e do Sujeito 43 “[...] *através da educação ambiental o policial estará bem orientado para garantir a preservação do meio ambiente* [...]”.

Neste DSC fica evidente que os policiais militares da COPPA percebem a Educação Ambiental e o policiamento ambiental como sinônimos ou como processos que devem somar-se para a proteção do meio ambiente. Revelam essa análise as Expressão Chave do Sujeito 1 “[...] *devem caminhar juntos, dentro de uma*

*perspectiva do serviço policial ambiental [...]*, do Sujeito 11 “[...] *nas fiscalizações percebo que está ligado [...]*” e do Sujeito 42 “[...] *importante para uma execução eficaz e eficiente das nossas ações [...]*”.

A análise dos DSC construídos com as principais Ideias Centrais das duas perguntas do questionário permitiu conhecer que os policiais militares da COPPA percebem a Educação Ambiental como parte do processo de policiamento ambiental, por isso a Educação Ambiental deve proporcionar a proteção do meio ambiente da ação antrópica, bem como, é essencial “conhecê-la” para desempenhar com eficácia suas funções policiais. Além disso, fica evidente que os policiais militares percebem o policiamento ambiental e a Educação Ambiental como sinônimos, submissos às diretrizes do serviço policial.

Conhecer a percepção que os policiais militares da COPPA têm acerca da Educação Ambiental, foi importante para evidenciar o pouco que se tem trabalhado a Educação Ambiental em uma Instituição que a mais de três décadas realiza ações de policiamento relacionadas com a proteção à biodiversidade e manutenção do ambiente propício à vida.

Em que pese as Políticas e Programas, nacional e estadual, de Educação Ambiental incentivar a prática de um processo educativo imerso na vida, na história, nas grandes questões urgentes da contemporaneidade e que intervenha sobre os problemas e conflitos socioambientais, dificilmente os objetivos propostos nestes importantes instrumentos legais serão alcançados, se não houver uma política pública séria e comprometida, que envolva as instituições públicas com capilaridade regional e significativa importância no processo de melhoria da qualidade socioambiental, como a Polícia Militar.

Uma alternativa para a carência das políticas públicas acima citadas é a construção de um Projeto Político Pedagógico nas Unidades de proteção ambiental da Polícia Militar da Bahia.

Tal Projeto contribuiria, significativamente, para a consolidação e implementação conceitual e pedagógica da Educação Ambiental na instituição. O próprio processo de construção, por certo, irá requerer o envolvimento ativo dos policiais militares e das principais comunidades onde o processo educacional ambiental é realizado, considerando seu valor de articulação da prática, de memória do significado da

ação, de elemento de referência e por envolver uma construção coletiva de conhecimento na tentativa de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento, conforme afirma Vasconcellos (2000).

## Referências bibliográficas

BAHIA. *Lei nº 12.056 de 07 de janeiro de 2011*. Institui a Política de Educação Ambiental do Estado e dá outras providências.

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente. *Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia: PEABA / Secretaria do Meio Ambiente*. Salvador. EGBA. 2013.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969*. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 3 jul. 1969.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 66.862, de 8 julho de 1970*. Aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200).

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. *Programa Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente*. 3ª Edição. Brasília, 2005.

CARVALHO. Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental Crítica: Nomes e Endereçamentos da Educação. In: LAYRARGUES. Philippe Pomier (coord.). *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda. *Currículo e Educação Ambiental: trilhando os caminhos percorridos, entendendo as trilhas a percorrer*. Brasília. MMA, 2005.

CHAVES, Wilson de Freitas; PINTO, Humberto; MADUREIRA, Nilson Pinto. *PM: reflexões e ações*. Rio de Janeiro: Polícia Militar, 1992.

JODELET, Denise. Représentations sociales: un do-main en expansion. In: *Les Représentations Sociales* (D. Jodelet, org.), pp. 31-61, Paris: Presses Universitaires de France.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *A conjuntura da institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental*. OLAM Ciência & Tecnologia, São Paulo, v. 2,

n.1.2002. Disponível em: [http://material.nereainvestiga.org/publicacoes/user\\_35/FICH\\_PT\\_34.pdf](http://material.nereainvestiga.org/publicacoes/user_35/FICH_PT_34.pdf). Acesso em: 21 out. 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LEFÈVRE, Fernando *et al.* *O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa*. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. *Pesquisa de representação social: um enfoque quali-quantitativo*. Brasília: Liber Livro Editora, 2ª edição. 2012.

\_\_\_\_\_. *Depoimentos e Discursos: uma proposta de análise em pesquisa social*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Qualitativa Levada a Sério*. São Paulo. 2003. Disponível em [http://www.fsp.usp.br/quali-saude/Discurso\\_o\\_que\\_e.htm](http://www.fsp.usp.br/quali-saude/Discurso_o_que_e.htm).

\_\_\_\_\_. *Os três sujeitos do diálogo intradiscursivo nas pesquisas sociais de atribuição de sentido: consequências para a avaliação*. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.15-21, Jun., 2010.

\_\_\_\_\_. *Revisitando A Pesquisa De Opinião*. Instituto de Pesquisa do Sujeito Coletivo. São Paulo. 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; *Trajatória e fundamentos da Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez. 2004.

MATTOS, L. M. A. de. *Avaliação de ações de educação ambiental: um estudo exploratório no âmbito da gestão pública sob uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Eicos/UFRJ, 2009.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MUNIZ, Jaqueline. *A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional*. Security and Defense Studies Review, Vol. 1, Winter 2001.

NEVES, Estela. TOSTES, André. *Meio Ambiente, a Lei em suas mãos*. Editora Vozes. Petrópolis-RJ. 1992.

OLIVEIRA, Eduardo Frederico Cabral de. *A Perícia Ambiental Na Polícia Militar*. Trabalho de Conclusão do Curso de pós-graduação *Lato Sensu* com Especialização em Auditoria e Perícia Ambiental, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2008.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *PESQUISA-AÇÃO: Compartilhando saberes; Pesquisa e Ação educativa ambiental*. In: BRASIL. Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Ministério do Meio Ambiente Secretaria Executiva Diretoria de Educação Ambiental. Brasília. 2005.

TUAN, Y. *Topofilia. Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. São Paulo: Editora Difel. 1980.

VASCONCELLOS, Celso S. *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2000.